

RESERVADO

I-07-60

202

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

A AMAZÔNIA É UM MUNDO
POR DESCOBRIR

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
PROFESSOR

1960

102-45M
328-45M
23752

A AMAZÔNIA É UM MUNDO POR DESCOBRIR

Arthur Cezar Ferreira Reis

Raras regiões da terra têm provocado o interesse que a Amazônia vem despertando. Desde a fase em que éramos partes integrantes do mundo português. Desde aqueles dias tão distantes. Porque, então, começavam a ver-se no sertão amazônico um pedaço dos tropicos que poderia ser útil à humanidade pela imensa variedade de riquezas em matéria-prima necessária à movimentação dos mercados de consumo na Europa, necessária ao bem-estar que se elaborava para os povos do Velho Mundo. Portugal imaginara, porém, no extremo norte de sua colônia americana, a fonte maravilhosa que lhe asseguraria aquelas especiarias encontradas no Oriente, mas que já estavam passando a mãos estranhas com o desmembramento do império construído em três continentes. As indagações que se fizeram, e de que Portugal muito ciosamente se fez um guardião cheio de mistérios, resultaram evidentemente num monopólio de conhecimentos e de utilização das novidades que se passavam a revelar. A política da porta fechada, adotada pela grande maioria dos povos em exercício pleno do colonialismo, servia a um estado de espírito político, mas impedia que todos se pudessem beneficiar das riquezas em potencial, muitas delas fundamentais ao próprio desenvolvimento dos parques industriais e à dinamização da vida no que ela pedisse de maior e mais intenso.

Essa orientação só foi abolida com o advento do liberalismo que levou os povos americanos à experiência dos governos nacionais. Meia década antes, no entanto, já um homem de ciência, Charles Marie de la Condamine, francês, membro da Academia de Ciências de Paris, devidamente autorizado pelo Rei de Portugal, percorrera a Amazônia, vindo do Equador. Trabalhava na medição dos arcos do meridiano. Foi acompanhado por funcionários militares portugueses, que não lhe criaram dificuldades à viagem. E em Belém, procedera à observação astronômica, havendo a suspeita de que, nessa oportunidade, tivesse servido aos interesses políticos de Portugal no seu pleito de limites com Espanha. O certo é que, examinou a questão de limites que a velha monarquia peninsular mantinha com a França a propósito do Oiapoc, contribuindo com dados que vieram dificultar a defesa que fazíamos no tocante a identificação daquele curso d'água. Francês a serviço da França.

La Condamine contribuiu, todavia, para a causa da ciência e do bem-estar humano. Porque foi ele quem deu notícias minuciosas à Europa, no seu livro de viagens e na comunicação que apresentou à Academia de Ciências, acerca de um produto novo que poderia ser grandemente interessante. Referia-se ao leite da seringueira, que os índios Omaguas, do Solimões, com os quais comerciavam os colonos do Para, empregavam em pequenos artefatos. Cabe referir imediatamente que já um carmelita português, frei Manoel da Esperança, identificara a espécie. Posteriormente, o governo de Portugal procurou tomar contacto mais íntimo com a realidade econômica que o gênero poderia oferecer, mandando que se fizesse o seu estudo, a cargo de um técnico, o médico Francisco Xavier de Oliveira, montando-se pequena indústria em Lisboa e em Belém para a fabricação de seringas. Na Amazônia, o leite era empregado na impermeabilização de utensílios e no fabrico de calçados rústicos, de que depois da independência se fez larga exportação para os Estados Unidos, conforme pesquisa realizada pelo historiador Leandro Tocantins.

Dissemos que a política da porta fechada foi abandonada depois que nos tornamos um povo governado por sua própria vontade nacional. Realmente assim sucedeu. Em consequência, verdadeira legião de cientistas se atirou

ao estudo da região, procurando descobri-la sobre os mais variados ângulos. "Paraíso dos naturalistas" denominou-a Raimundo de Moraes, recordando que nenhum canto da terra mereceu tamanha atenção, para essa corrida participando igualmente um grupo excelente de brasileiro que já compreendiam a necessidade de identificá-la pelo que pudesse um dia trazer de importância à continuidade ou à potencialidade do Brasil. A contribuição brasileira não foi, no entanto, tão intensa como a estrangeira. Nem por isso, merecendo que a inferiorizemos, ignorando os nomes que a dignificaram. Entre esses nomes o do oficial do exército, engenheiro, guia de cientistas estrangeiros - João Martins da Silva Coutinho, cuja obra permanece praticamente inédita. Examinando os aspectos relevantes da paisagem física amazônica, do relevo geológico, bacia hidrográfica, suas peculiaridades econômicas, que investigou como nenhum pesquisador o fez até o presente, semeou idéias, afirmou verdades, constatou uma série de fatos sócio-econômicos da maior gravidade e importância. Os problemas ligados à habitabilidade, à pecuicultura, à redistribuição e melhor localização das populações, reestruturação da ordem social, navegabilidade de rios que começavam a ser penetrados, caminhos terrestres, aproveitamento de novas espécies vegetais, comércio de espécies animais, comércio com o exterior e, finalmente, a concorrência dos sintéticos que já prometiam criar dificuldades a nossa produção espontânea, tudo foi por ele cogitado, mais que cogitado, proposto em linhas frias, numa antevisão admirável do futuro e consciência do presente. Suas advertências para uma nova política econômica a ser adotada quanto ao extremo norte, se houvesse sido executada seguramente teria evitado que ocorressem os fatos que por momentos desregularam a vida econômica amazônica, exigindo aplicações de recursos nacionais e a adoção de práticas que significavam muitas vezes tentativas de solução imediatista, o que importava em retardamento de soluções definitivas.

Como Silva Coutinho, outros brasileiros que se distinguiram no particular da pesquisa ativa, de campo, dedicaram sua atenção ao exame das particularidades e singularidades da Amazônia. Para lembrarmos um grande nome - Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano, naturalista, sociólogo, antropólogo, patologo, geógrafo, economista e história

dor, com vida dedicada tôda ela à indagação direta do meio amazônico.

Não se fez ainda, no entanto, o registro pormenorizado dêsse admirável contingente de trabalhadores, cuja obra, por isso mesmo, permanece ignorada; conquanto precisasse de ser devidamente indicada e louvada no que vem contribuindo para o desenvolvimento da ciência e para o conhecimento realístico de nossa patria. Para não alongarmos a informação - o grupo do antigo Serviço Geológico, do Ministério da Agricultura, e os integrantes das partidas encarregadas da delimitação de nossas fronteiras, setores norte e oeste. Quanto realizaram silenciosamente, quanto apuraram, quanto revelaram! Há, assim, uma vasta bibliografia brasileira, que vem servindo intensamente ao conhecimento, sereno e sem os perigos dos nossos exageros tropicais, do que é realmente a Amazônia.

A participação estrangeira, essa, confessemos, é que tem sido a de maior profundidade. Quantitativa e qualitativa, essa qualitativa dada à extensão das pesquisas de campo, realizadas incessantemente desde os dias em que discutimos a tese da conveniência ou não de abriremos a bacia hidrográfica do Amazonas ao convívio mercantil de todos os povos, política meio chinesa, como então a clássificavam os que nos combatiam a orientação nacionalista, mas que tinha sua razão de ser, como aquela outra anterior dos portugueses impedindo o acesso aos estrangeiros que lhes disputavam, de longa data, a soberania sobre aqueles espaços estranhos e que suspeitavam tão cheios de possibilidades. Os Wallace, os Bates, os Agassiz, os Keller, os Herdon, os Gibbon, os Adalberto da Prussia, os Spix e Martius, numa preocupação ativa de saber tudo, de identificar em suas minúcias os variados aspectos da natureza regional, deram-se, de corpo e alma, a essa tarefa, facilitados na aventura pelo poder público brasileiro, que lhes escancarou as portas do país, autorizando-lhes os trabalhos e muitas vêzes dando-lhes assistência material. Visavam êles unicamente ao progresso do conhecimento científico, como o haviam ou estavam fazendo os brasileiros, ou davam a sua colaboração a interesses menos espirituais? Devo dizer-lhes que quanto mais investigo o assunto, mais me vou convencendo de que, em meio a

essa curiosidade científica havia o propósito de contribuição pragmática aos interesses materiais dos povos que conduziam os destinos do mundo, possuindo-o sob sua orientação e dêle utilizando quanto lhes servisse aos mercados e à potencialidade econômica, a que se seguia a potencialidade política.

Na disputa entre predominâncias, as áreas de influência na África e no Oriente, nos primeiros dias do século XIX, não constavam das agendas desses povos fortes que merecem admiração pelo muito que produziram, venhamos. As Américas ainda lhes estavam na alça de mira. Muito do que fora o império espanhol e o português continuava aguardando a operação do descobrimento e da ativação econômica. Eram áreas que a cartografia de então assinalava como "Tierras no descubiertas", como sucedeu com o que é hoje o Território do Acre, que nos mapas bolivianos até quase as últimas décadas do século XIX ali figuravam sob essa denominação. A revelação geográfica fundamental era sempre seguida da revelação das possibilidades econômicas. Espaços por desvendar e espaços por utilizar no que pudessem proporcionar ao progresso da tecnologia e da industrialização que começava o seu surto mais dinâmico.

O que estou indicando, a vôo de pássaro, não significa qualquer ponto de vista apaixonado, xenofobo. Considero-me um homem liberto desses surtos de primarismos. Ademais, o Brasil está atingindo uma maturidade política que exige a nossa fuga a medos dessa espécie. Mas a tese de que aquelas expedições científicas tinham objetivos mais amplos e mais imediatistas, de fundo materialista, decorre da série de fatos que tenho apurado e sobre a qual em breve terei ocasião de fazer um registro mais comprovado. Para ficar em dois exemplos - leia-se o que escreveu o historiador norte-americano John P. Harrison nas páginas da "Revista de História da América Espanhola", editada nos Estados Unidos. O artigo a que me refiro versa justamente a demonstração de que pelo menos as expedições norte-americanas dos séculos XIX, lançadas sob aplauso público, dentro do princípio do "destino manifesto", que estava levando a expansão para o oeste e as primeiras preocupações pelos espaços que se escondiam aos olhares cobi-

gosos na Sul-América, visavam a finalidades políticas - descobrimento de mercados de matéria-prima e de áreas onde instalar as feitorias comerciais para a dinamização do potencial nacional. As expedições dos oficiais de marinha Herdon e Gibbon traziam por escopo verificar a possibilidade da utilização imediata da grande bacia hidrográfica para um empreendimento capitalista de vulto sob a capa de "interesses da humanidade". Os esforços que a diplomacia norte-americana realizou como decorrência dessa viagem e da propaganda que outro oficial de marinha, tenente Maury, efetuou, foram esforços gigantescos, desbaratados, todavia, pela reação brasileira, à frente delas um homem do tipo de Visconde de Uruguai.

A aventura meio romântica, mas profundamente prejudicial aos nossos interesses, do famoso Henry Alexandre Wickman, que nas suas andanças, como botânico amador, coletou no Tapajós as sementes de seringueira, remetendo-as à Inglaterra, em cujo jardim experimental de Kew, sob a direção técnica do professor Joseph Hooker, foram aclimadas e posteriormente levadas ao Oriente, já agora sob os desvelos dos povos fortes europeus que o civilizavam a estímulos de canhões e capitais maciçamente investidos em negócios da mais variada espécie, dando margem à heveicultura que se desenvolveu numa escala quase astronômica e nos impôs a retirada do mercado como produtores ou monopolizadores de produção daquela matéria-prima vegetal - a aventura constitui o segundo exemplo. Não sera bastante?

Agassiz, que nos habituamos a louvar pela simpatia por que nos viu, pelo que afirmou agradando a nossa sensibilidade tão espontânea e tão fácil de engodar, Agassiz, na série de artigos que escreveu para a "Revue Scientifique", de Paris, tratando das condições existenciais do Imperio Brasileiro na sua área amazônica, indicou-a não como um naturalista, mas como um agente de negócios que faz a propaganda e encarece a participação dos capitalistas para que a empresa seja despertada e caminha rapidamente. Nesses artigos, num descritivo, quase tropicalizado, do meio econômico em estado de natureza, a aguardar o povo que dispusesse de capacidade para transformá-lo realisticamente, Agassiz como que fez o convite

- viessem os que dispunham de recursos e de condições im-
periais pois ali estava um mundo imenso que proporciona-
ria riqueza imensurável.

A Amazônia, trabalhada tão vigorosamente por
cientistas nacionais e estrangeiros, nem por isso é uma
região que se possa dizer que está conhecida. Vamos aos
fatos - onde nascem os rios Urubu, Nhamundá, Jauaperi?
Quem lhes subiu às cabeceiras? Que existe entre as bacias
dos rios Negro, Japurá e Solimões, margem esquerda deste?
que existe entre Manaus e o vale do Rio Branco? Tudo quan-
to compõe geograficamente esses trechos de águas e terras
continua desconhecido. No Urubu, grupos de estudos do Ins-
tituto de Pesquisas da Amazônia encontraram espécies no-
vas vegetais. Quantas outras existirão? O grupo de traba-
lho da FAO, pôsto à disposição da SPVEA, verificou recen-
tamente que, em certo trecho da floresta amazônica, essa
mesma floresta não apresenta os índices de heterogeneida-
de que se imaginava anteriormente. Ao contrário, algumas
espécies podem ser encontradas em tal quantidade e em ta-
manha proximidade que lhe asseguram certa homogeneidade,
permitindo a exploração econômica menos dispersiva e de
rentabilidade mais segura. As terras da Amazônia são real-
mente ácidas, desencorajando iniciativas, ou o que se es-
creve resulta de generalização apressada de certa ciên-
cia europeia interessada em desprestigiar os trópicos?

O estudo da Amazônia pelas equipes técnicas im-
põe-se, portanto, quanto antes, para que tenhamos uma
consciência menos romântica acerca de sua utilização e
seu destino histórico. Essas equipes devem ser ativas
pelo poder público. Os recursos e os processos de tra-
balho devem sofrer uma revisão imediata para que se atua-
lizem e se possa obter o rendimento necessário. O Ins-
tituto de Pesquisas da Amazônia, criado com uma ambição
desmedida, o Instituto Agrônomo do Norte, o Instituto
de Higiene, o Instituto Evandro Chagas não dispõem dos
elementos materiais, aqui representados pelos recursos
financeiros de que carecem para possuir as equipes exigi-
das por serviços de tamanha responsabilidade. O merca-
do de trabalho no Brasil para os seus homens de ciência
cresce desmedidamente. Mas com os salários grotescos, que
se pagam no serviço público nacional, evidentemente nun-

ca órgãos daquele tipo poderão dispor de pessoal suficiente e de qualificação insofismável para as suas tarefas, mesmo as rotineiras. Não é tempo de mudar? E mudar acertadamente?

AS POPULAÇÕES DA AMAZÔNIA ELABORARAM-SE COM DESCRENÇA PELO ATUAL E SEM CONFIANÇA NO FUTURO?

Escrevemos, num ensaio acerca dos problemas educativos na Amazônia, elaborado para o Ministério da Educação e Cultura, que as sociedades regionais, consideradas para o estudo nos seus gêneros de vida, começaram a constituir-se a partir do século XVII, com a chegada dos descobridores e conquistadores portugueses e mestiços do Nordeste. Encontrando na região uma abundante matéria-prima para as ocupações econômicas e multidão indígena que forneceu braços e serviu igualmente ao prosseguimento do processo de mestiçagem que se observa por todo o litoral do Brasil, os primeiros ocupantes, que chegaram pelo Atlântico, tiveram, na casa forte do Presépio, raiz do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, o seu ponto de apoio inicial para a expansão em direção norte, sul e oeste. Não se arrecearam do meio. Sentiram-se, é certo, deslumbrados com a floresta e as águas fartas. Essa impressão esmagadora em pouco, porém, perdia a sua força para permitir que os novos senhores daquele mundo estranho se fôssem tomando da decisão de penetra-lo para explora-lo.

A sociedade que se foi estruturando nessa primeira fase caracterizou-se pela atividade ligada à colheita da especiaria, que chamou de "droga do sertão". Essa especiaria era representada pelas espécies proporcionadas pela floresta e de procura nos mercados do Velho Mundo. A pesca estava, então, atribuída ao gentio, que a realizava com mestria, agilidade e alto rendimento. E só no século XVIII é que vamos encontrar a sociedade de mestiços regionais ou do bugre ocidentalizado a ela ligado, diferenciando-se daquela outra que permanecia adstrita ao negócio da "droga".

Ainda nesse século XVIII, aos incentivos do governo e ao encontro de condições propícias em certos trechos da hinterlândia, como as terras banhadas pelos cursos d'água das cercanias de Belém, sejam o Guamá, o Acara, o Tocantins, uma outra parcela social preferiu a operação agrária. E plantou o cacau, a cana, o café, o algodão, o anil, da lavoura fazendo um gênero de vida permanente e mais distinto. Os senhores de engenho da Amazônia ostentavam o mesmo orgulho, a mesma prosápia, os mesmos ares de grandeza daqueles do Nordeste. Viviam com o mesmo bem-estar e o mesmo luxo.

Ainda no século XVIII, começou o criatório, no Marajó, no Baixo Amazonas e no Rio Branco, dando definição ou destaque a uma quarta parcela da sociedade. Esse grupo social no Marajó assumiu características de fidalguia. Seus integrantes eram chamados de "contemplados", pelo fato de terem sido apenas beneficiários dos rebanhos que o Estado confiscara nas propriedades pertencentes aos Religiosos, no tempo de Pombal.

Já então, portanto, não existia apenas aquela sociedade coletora, vivendo em função da "droga do sertão", mas quatro sociedades, explicáveis pelos gêneros de vida que levavam. Fundamentalmente mestiças e, com exceção daquela que realizava a coleta da "droga", ou fazia a pesca, latifundiárias. Exceção daquelas, escrevemos. Sim, porque a primeira não possuía o domínio da área onde colhia. Buscava-a aqui, ali, nos pontos mais distantes do interior, onde fosse possível encontrá-la; a segunda dispersava-se, ou localizava-se, em pequenos aglomerados onde podia proceder à colheita do pescado, que salgava para consumo ou exportação, aproveitando as banhas na incipiente indústria de manteigas e velas.

É de notar que a sociedade coletora ou extrativista enriqueceu-se numericamente no decorrer do século XIX, no ciclo da borracha. Como a que fez a lavoura da cana, do café, do cacau, do algodão, que no século XX também se vigorizou nas lavouras de alimentação, algodão e uvaicima, realizadas ao longo da ferrovia bragantina, e na lavoura da juta, no Baixo Amazonas.

Por fim, é de considerar-se o grupo social que realiza a mineração, localizada no Território do Rio Branco, na Zona do Gurupi, no sul do Pará (fronteira com Goiás), e no Território do Amapá (fronteira com a Guiana Francesa e rio Calçoene), grupo flutuante que se assemelha ao extrativista pela mobilidade, pelo primitivismo de suas operações e de sua condição de vida.

As sociedades amazônicas vivem, como já tivemos ocasião de frisar, nos seringais, nos castanhais, nos jutaís, nos pontos de pesca, nos centros de mineração. A exceção dos que vivem nas capitais dos dois Estados e quatro Territórios, sempre em condições precárias. E mesmo nessas cidades, há bairros pobres, impressionantemente pobres que revelam o rústico, o precário da existência. O que se chama de bem-estar social, expresso no vestuário, alimentação, habitação, rendimentos e saúde, importa em revelar que ditas populações não se beneficiam de qualquer dessas exigências mínimas de condições de vida.

A Comissão de Política Agrária procedeu, há poucos anos, a um inquérito profundo acerca de tais condições de vida. Como antes a Comissão de Bem-Estar Social, aquela do Ministério da Agricultura e esta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os resultados colhidos por ambas, em todo o país, são semelhantes. Indicam o mesmo mal-estar coletivo, ao invés de bem-estar. No tocante à Amazônia, são impressionantes, nas cidades ou fora delas.

Assim, dos 96 Municípios estudados ou que compareceram ao inquérito da C.P.A., o nível de vida, no tocante à habitação, dos grandes proprietários ou fazendeiros foi considerado excelente apenas em um, no Pará, 75 alcançaram a classificação de bom, 5 de pobre e 15 não responderam. Entre os pequenos proprietários e colonos, o resultado foi este; 1 excelente, ainda no Pará, 31 bons, 62 pobres e 2 não responderam. Dos arrendatários e parceiros, nenhum se enquadrou no excelente; 21 foram bons, 55 pobres e 20 calaram. Quanto aos trabalhadores rurais assalariados, obteve-se este resultado: nenhum município possuía o excelente; 21 eram bons, 55 pobres e 20 silenciaram.

Nos sítios agrários, nos seringais e castanheais, nos pontos de pesca e de mineração, os que nêles vivem não conhecem as utilidades de uso diário, mínimas, da civilização de nossos dias e que se acham, de certo modo, incorporados ao mecanismo normal da existência em qualquer área que não seja subdesenvolvida. Não se nota em qualquer desses núcleos, perdidos na imensidão regional, o entusiasmo dos habitantes nesta ou naquela manifestação. Dão todos, ao contrário, a impressão de desencanto pela vida, amargura, distância em face do que os rodeia. É certo que o amazônico não demonstra os seus sentimentos com a vibração do nordestino. Parece meio parado. As coisas de maior sensação, êle as vê serenamente, sem exteriorização exuberante. Nem por isso, no entanto, se deve compreender aquele comportamento como mera resultante desse traço de sua personalidade. Porque, na verdade, a condição de pobreza, de humildade em que se vê passar os dias é evidentemente uma demonstração da ausência daquelas condições mínimas de bem-estar.

Ora, essas populações, enfrentando a floresta e as águas, dela tudo tirando para a vida tão rusticamente; mantendo-se sem estímulos e sem sinais visíveis de mudança nos seus estilos de conduta em face do presente e do futuro, não demonstraram uma crença muito forte nos destinos da região. Porque efetuando uma economia de saque da natureza, sem criar a base permanente pela lavoura e pelo criatório, sem edificar, portanto, uma civilização que revelasse uma vinculação muito íntima e demorada com o meio, estão evidenciando falta de confiança no que constitui o atual e no que poderá vir a ser o amanhã. Certo?

A ECONOMIA AMAZÔNICA CONTINUA SENDO REALIZADA NA BASE DO EXTRATIVISMO

Três épocas bem distintas marcam o processo histórico da economia regional. Nas primeiras etapas, os descobridores encontraram um certo número de espécies vegetais e animais que prontamente foram acolhidas com interesse especial nos mercados europeus. Foi a fase da "droga do sertão", que mobilizou centenas de colonos, de missionários,

e a utilização do braço e da inteligência imediatista do gentio local, que identificou as mesmas espécies, colheu-as e serviu ao escambo intenso a que se foi procedendo. Na segunda fase, que começa ou que tem seu ciclo de maior entusiasmo incentivador sob o consulado do Marquês de Pom-pal, fêz-se uma experiência agrária interessante. Plantou-se café, algodão, tabaco, cana para a produção de açúcar, anil, cacau. A presença da Amazônia, até meados do século XIX, nos mercados de consumo do Velho Mundo e da própria America, fêz-se pela contribuição quantitativa expressiva daqueles gêneros, lavrados com técnica que se aprimorava dia a dia. A borracha como posteriormente a castanha puseram termo ao que chamamos de experiência agrária, que não permitiu sequer que se criasse uma tradição agrícola, o que foi um mal tremendo. A corrida à floresta, com a violência que todos conhecem, a destruição impiedosa das melhores árvores que no desatino do assalto o trabalhador extrativista não considerava uma riqueza que devia defender, mas uma riqueza que devia explorar sem do nem piedade, num imediatismo de concepção natural, pois que esses trabalhadores não haviam sido instruídos nos misteres e na preparação do futuro, dando-se-lhes apenas a ordem de colher cada vez mais e com os processos que melhor servissem a insaciável atuação, a corrida à floresta compôs o terceiro período desse processo que não se encerrou e vem custando a Amazônia a perda de suas melhores possibilidades de mudança de vida.

A economia florestal, que opera sob processo rotineiros, antiquados e sem perspectivas de melhoria, ante a resistência que opõem os que têm interesse na manutenção de tal estado de atividades, e, conseqüentemente, a economia ainda ponderável. Mesmo na fase da experiência agrária, não foi abandonada. Nem mesmo entrou em colapso passageiro. Ocorreu lado a lado da outra, numa sobrevivência verdadeiramente lamentável.

Pelo censo de 1950 verifica-se que, em dez trabalhadores, três ocupavam-se do extrativismo, contrastando com o restante do Brasil, onde a proporção é de três extrativistas para cem. No Acre, por exemplo, 60% da população economicamente ativa entrega-se ao extrativismo; em Rondônia, 46%; no Amazonas, 37%.

"Em 1950, sobre 1 000 homens de 10 anos e mais, 331 dedicavam-se a atividades agropecuárias e 242 a indústrias extrativas de produtos vegetais, animais e minerais, enquanto apenas 53 estavam ocupados em indústrias de transformação, 41 nos transportes e comunicações, 51 no comércio e crédito, 28 nos serviços e 39 em outras atividades extradomésticas. Exerciam atividades domésticas e escolares 115 por 1 000 (na maior parte crianças ou velhos), e foram declarados inativos 100 por 1 000."

A mentalidade estrativista é assim, portanto, a dominante.

A economia florestal é representada por quase uma centena de espécies. A produção principal, no entanto, consta de borracha, castanha, jarina, piaçava, timbó, óleo de pau-rosa. Entre 1938 e 1953 essa produção florestal apresentou-se assim: borracha, 181 868 toneladas; castanha, 164 486; piaçava, 6 492; timbó, 3 773; jarina, 245; óleo de pau-rosa, 2 217. E valeu; borracha, Cr\$ 622 807 000,00; Castanha, Cr\$ 198 768 000,00; piaçava, Cr\$ 5 700 000,00; timbó, Cr\$ 247 000,00; óleo de pau-rosa, Cr\$ 61 039 000,00.

O pescado compareceu às estatísticas com 101 456 toneladas, no valor de Cr\$ 95 813 000,00. Os couros e peles de animais selvagens concorreram, no quadro da produção regional, com 14 623 toneladas, no valor de Cr\$ 12 028 000,00. Os minérios foram: cassiterita e manganês, no Amapá, manganez, no Aripuanã, Madeira; pedras preciosas, no Rio Branco e Tocantins; ouro, no Gurupi e Território do Amapá.

É preciso saber que na Amazônia o problema da terra é dos mais graves. Não quero referir-me a qualquer propósito de advogar uma reforma agrária baseada no retalhamento da propriedade territorial. Na generalidade, é uma ocupação mansa, efetuada pelo que nela descobre a especiação rendosa ou o espaço onde se localizou o caboclo, dêle enamorado.

No primeiro caso, a terra é propriedade de quem a explora, seja o seringalista, seja a casa "aviadora", propriedade legalizada pelo título expedido pela autoridade competente, ou simples posse que se vai alongando, no tempo, sem que o ocupante pense no ato jurídico que lhe garanta pelos dias futuros. No primeiro caso, ainda, possui o aspecto de latifúndio. Não ocorre nunca o caso de um seringal,

de um balatal, de um castanhal que não se caracterizasse pela extensão avantajada. O sitiante, o posseiro, êsse, ao contrário, dispõe de um espaço pequeno, de horizontes limitados e sem garantias.

A atividade econômica vigente processa-se, pois em termos de uma base física que não assegura vitalidade aos que a usufruem: os latifundiários, pela grandiosidade do espaço, não a podem explorar em toda a amplitude por que se propõe, isto é, não a podem explorar no que êle proporciona como área florestal, produção em estado de natureza e ainda como resultante do esforço de reprodução realizada pelo homem; os sítiantes, ao contrário, pela exiguidade do que ocupam e não autoriza a produção compensadora.

Ademais, o próprio processo de exploração da floresta impõe a existência do latifúndio. As espécies vegetais sobre que se trabalha não se distribuem em linhas acessíveis e ordenadas. São dispersas, distantes, como no caso da seringueira, das madeiras para construção. Na pequena propriedade, não haverá, enquanto permanecer a mentalidade extrativista, coletora, a possibilidade de êxito. Por que nelas não será possível a extração, a coleta rendosa.

O uso da terra é realizado pela destruição preliminar da floresta. Essa destruição através de queimada. O emprêgo de adubos é praticamente inexistente. O repouso da terra por espaço de menos de um ano é respeitado em apenas 10 municípios dos 97 estudados pela C.P.A.; de 3 anos e mais, em 70. O arado de tração animal só existia, em 1952, quando se fez o levantamento, em 6 municípios. Os tratores eram em número de 3. Essa situação está sendo alterada, é certo, mas com um vagar impressionante. Ainda não se opera, na Amazônia, empregando a máquina agrícola de grande porte. Não se emprega, por exemplo, o arado. A enxada, a foice e o machado são os grandes instrumentos de manejo diário do trabalhador rural ou florestal. A meação é a forma mais generalizada de parceria.

Os dados que estamos manipulando são dados resultantes dos censo de 1950 e das indagações ou inqueritos mandados proceder pela Comissão de Política Agrária, do Ministério da Agricultura. Há, todavia, dados mais atuais? E na hipótese afirmativa, êsses dados levarão a considerarmos

as afirmativas que estamos fazendo como ultrapassadas, evidenciando-se uma mudança de posição, de comportamento das populações amazônicas?

Os dados existem e constam das publicações oficiais dos órgãos encarregados de tais apurações anuais. E como decorrência de tais elementos estatísticos, elucidativos, já um serviço do governo federal, o CAPES, fez editar interessante série de monografias, sob a denominação de "Estudos de Desenvolvimento Regional", em que se faz a análise da situação de unidade a unidade da federação. Por essa análise a conclusão é a de que a situação não se alterou. As sociedades amazônicas continuam a manter-se fiéis às suas técnicas de vida, firmes na atividade extrativista, que continua pesando ponderosamente no quadro da economia regional. Mas vejamos alguns elementos que sirvam à comprovação do que estamos afirmando. Entre 1953 e 1955, no Amazonas, foi a borracha o produto básico, representado em vinte mil toneladas. Veio em seguida a castanha, com 35 mil toneladas; as gomas vegetais não elásticas, com 5 mil toneladas e a piaçaba com 4 mil toneladas. A borracha apresentou um valor em dinheiro de 510 milhões de cruzeiros e a castanha, de 290 milhões de cruzeiros. Ora, nos mesmos três anos, a juta, que é a maior atividade agrícola do Estado, representou-se pelas 44 mil toneladas, num valor de menos de 10 milhões de cruzeiros; o guaraná em 800 toneladas e valor de 48 milhões de cruzeiros. No Pará, a borracha somou 18 000 toneladas, a castanha 43 mil toneladas, as gomas vegetais não elásticas, 3 500 toneladas e a guarana, 42 mil toneladas. O valor desses produtos foi respectivamente - 320 milhões de cruzeiros, 400 milhões e 286 milhões de cruzeiros. No campo agrícola, o arroz somou 87 mil toneladas; a cana 463 mil toneladas; a juta, 24 mil toneladas. Quanto aos valores foram, respectivamente - 186 milhões, 35 milhões, 175 milhões de cruzeiros. Os Territórios não apresentam números diferentes. O Acre e o Guaporé são por excelência mercados de produtos extrativos. O Amapá distingue-se pela produção mineral, representada pelo manganês. O Rio Branco, pelos produtos minerais e animais. O manganês não é uma unidade mineral restrita ao Amapá. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia tem recebido dezenas de amostras de manganês, existente no Estado do Amazonas, nos mais variados sítios. E, no momento, já se faz a utilização comercial do gênero através da ex-

ploração das jazidas do rio Aripuanã, afluente da margem direita do Madeira.

A base mineral da produção da Amazônia é muito pequena, se ignorarmos o que ocorre no Amapá. As perspectivas indicadas pelo Departamento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, há alguns anos, não são animadoras. A propósito fiz, quando a frente da Superintendência da Valorização da Amazônia, proceder a um levantamento preliminar na base dos dados obtidos na literatura especializada existente, levantamento que não nos levava às mesmas conclusões pessimistas daquele Departamento. As jazidas de ferro do Amapá, os calcários de Itaituba, da Mundurucânia, de Monte Alegre, são outras contraprova de que aquela afirmativa pessimista não passou de uma generalização apressada. Há mesmo, ainda, a registrar a possibilidade de jazida rica de carvão na bacia do rio Fresco, no alto Xingu. Em contrato com a SFVEA, datando ainda de nossa passagem por aquela organização federal, procede-se a um vasto trabalho de identificação aerofotogramétrica, com a utilização de cintilômetro e magnetômetro, do alto Tocantins, do Marajó, do Amapá, da região entre o Amazonas e o Para, bacias dos rios Trombetas, Nhamunda e Urubu. Há via projeto de prosseguimento cobrindo o Território do Rio Branco. Não sei, porém, em que situação está o projeto respectivo.

A exploração de diamantes e ouro, no Rio Branco, Amapá, Rondônia, fronteira entre o Maranhão e Para e alto Tocantins, não constitui uma atividade de alta rentabilidade para a região.

Os couros e peles são outro aspecto da ação predatória por que se promove a economia coletora regional. Ninguém ainda estudou o assunto na importância de que ele se reveste. E, no entanto, os couros e peles de animais selvagens, desde o período colonial, vêm participando dos quadros da exportação da Amazônia e mobilizando o interesse, o capital do exterior e a mão-de-obra que pode ser recrutada no extremo norte. Atividade realizada com um desamor visível pelo futuro vem dando em resultado o desaparecimento de algumas espécies, haja vista as garças, perseguidas impiedosamente para satisfação dos mercados refinados da Europa. Os jacarés são agora perseguidos; caçados sem quartel, já começam a rarear em certas áreas onde

eram abundantes. Como sucede com as tartarugas, desaparecidas do Tocantins, do Madeira, do Solimões, do baixo Rio Branco e em consequência sendo disputadas a preços astronômicos nos mercados alimentares de Belém e Manaus.

As madeiras desde o período colonial foram objeto da cobiça do trabalhador florestal. As exportações para Portugal foram sem conta e constituiu o negócio quase um monopólio de Estado, havendo, ao longo do Amazonas esta belecimentos montados pelo poder público para pesca de madeiras e seu primeiro tratamento antes dos embarques com destino à Europa. Com essas madeiras construíram-se edifícios públicos portugueses, entre eles o majestoso e rico Palácio de Queluz, réplica lusitana a Versalhes. O comércio de madeiras é, assim, um dos comercios de vulto, importando na existência de mais uma atividade extrativa. A atividade que exige técnica apropriada e nem sempre compensadora, pois que a floresta amazônica não vem permitindo o seu aproveitamento na base do que ocorre na África ou mesmo no sul do Brasil.

AS EXPERIÊNCIAS AGROPASTORIS NÃO CONSTITUEM AINDA UM FUNDAMENTO DE VIDA ATIVA E DE RENDIMENTOS

ENCORAJADORES

São três as regiões onde se faz a criação na Amazônia - Marajó, Baixo Amazonas e Rio Branco. Tendo principiado em Marajó, onde os Religiosos montaram as primeiras fazendas de criar e de onde foram desalojados no consulado do Marquês de Pombal, já no século XVIII começavam as fazendas no Baixo Amazonas e quase ao findar o século abriam-se as três primeiras no Rio Branco, iniciativa do próprio governo local.

O criatório é atividade de municípios do arquipélago marajoara, Baixo e Médio Amazonas e Território do Rio Branco. Os municípios onde ele ocorre são Itacoatiara, Farintins, Alenquer, Almeirim, Arariuna, Chaves, Juruti, Monte Alegre, Muana, Óbidos, Oriximiná, Ponta de Pedras, Prainha, Santarém, Soure, Boa Vista, Amapá e Macapá.

Os rebanhos da Amazônia vão pouco além das 1.504.888 cabeças das quais 1.020.305 de bovinos, em 1950. Desses, 139.254 estão no Rio Branco; 563.130 em Marajó; 226.300 no Baixo e Médio Amazonas.

Quanto à agricultura, reduz-se à juta, pimenta-do-reino, cítricos, guaraná, mandioca, de que fazem a farinha, fundamental na dieta alimentar, e pouco mais. Juta e pimenta-do-reino contribuindo para compor, é certo, um quadro novo nas iniciativas das populações regionais. É preciso, porém, que se assinala logo que a área cultivada, por exemplo, com a juta não vai além dos 200 mil hectares, sendo a maior parte operação realizada no Amazonas. A pimenta-do-reino ocupa apenas 600 hectares, quase totalmente no Estado do Pará. Ora, a Amazônia, clássica, isto é, aquela integrada pelos dois Estados e pelos quatro Territórios, totaliza quase quatro milhões de quilômetros quadrados. Desses 4 milhões, apenas 800 hectares servem à lavoura da juta e da pimenta-do-reino, os dois produtos que resultam da atividade agrícola mais intensificada na região.

Cabe aqui a pergunta - e como se alimentam as populações amazônicas? Os gêneros silvestres, os chamados gêneros da terra, são a base da dieta das sociedades que se espalham pela hinterlândia. Vivem elas da coleta do que o meio rústico fornece, do peixe, da farinha, e de pouco mais. Não entram nessa dieta a carne, o leite, os legumes. Nas cidades mais importantes a alimentação realizada com aqueles elementos nutritivos decorre das importações feitas do sul e de muito pouco produzido na própria Amazônia. O inquerito que, por acôrdo com a SPVEA, ao tempo em que a dirigi, realizou o Serviço Nacional de Alimentação e o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, e só agora concluído, oferece um quadro tristíssimo do problema. Será conveniente ressaltar que a carne, o leite, os legumes não constam dos hábitos alimentares locais. Um grupo de trabalho, em 1958, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia então sob minha direção, grupo orientado tecnicamente pelo Dr. Djalma da Cunha Batista, que me substituiu à frente daquela organização científica, tendo por campo de ação para uma pesquisa o município, ou antes, a cidade de Codajás, no Solimões, foi obrigado a suprir-se em Manaus do necessário para manterem-se os seus integrantes, pois no mercado da sede do município nada havia que satisfizesse às necessidades mais imediatas ou rotineiras dos médicos, laboratoristas e auxiliares da comissão. Aliás, os resultados obtidos na pesquisa, que visava um determinado setor patológico, mas que teve de ir aos pormenores do meio sócio-econômico, para complementação da própria

pesquisa e explicação de seus resultados, foram verdadeiramente alarmantes. Numa comunidade de apenas 1221 habitantes, praticamente nenhum apresentava condições de higiene. Os próprios missionários norte-americanos que ali possuem colégio e foram o único ponto de abrigo consciente que a comissão encontrou para melhor possibilitar as suas tarefas, já se encontravam marcados pelas endemias locais, e apesar de serem eles um contingente que sabia criar condições excepcionais no meio rústico, vivendo com hábitos de gente civilizada.

A tradição agrícola não é uma constante da vida amazônica. E uma tradição não se elabora da noite para o dia. A melhor prova podemos encontrar na mentalidade extrativista dos seringalistas, que não cedem à evidência de que, pela heveicultura, poderiam obter melhores rendimentos e satisfazer as necessidades do mercado nacional, contribuindo para criar novas condições existenciais e promover a presença de divisas.

É PRECISO CRIAR UMA CONSCIÊNCIA BRASILEIRA À VOZ DA AMAZÔNIA

Num livro de próxima edição, intitulado "A Amazônia e a coíça internacional", e em cujas páginas não encontrarão os seus leitores um pensamento pessimista acerca da capacidade brasileira para evitar surpresas ou para tomar consciência do problema amazônico na gravidade por que ele se apresenta nos dias atuais, tentei advogar a formulação dessa consciência. Não fui contra nações ou grupos internacionais, conquanto indicasse certos pensamentos dominantes em esferas no exterior a respeito de nossa incapacidade para transformar a Amazônia em região humanizada, isto é, possuída por nós e pelos outros povos americanos que desfrutam da ventura de exercer soberania sobre espaços que na geografia física e social convencionamos chamar de Amazônia, e das perspectivas que se deviam criar no sentido de utilização mais rápida e mais efetiva da região no interesse de uma humanidade que, em certos trechos do mundo, se desespera na busca de um lar, de um pedaço de terra para trabalhar, humanidade que sente a fome endêmica e pode vir a constituir, em futuro bem próximo, perigo aos espaços desérticos, mas sobre cujas condições de habitabilidade haja o conceito de que podem ser possuídos e valorizados com a presença humana.

Não fui contra povos nem contra organizações. Fui a favor do Brasil. Sustentei, como venho fazendo nas paginas da Revista de Política Internacional, que se edita nesta capital, a urgência de um estado de consciência em torno aos destinos do extremo norte. Porque não é apenas o Nordeste que compõe área a exigir a atenção do poder federal, ou antes, da vontade nacional disciplinada e mobilizada para uma operação de envergadura, que signifique maturidade e convicção de que o investimento de energias, de capacidade, sob a forma de planejamentos exequíveis e executados com segurança, honestidade e alto sentido cívico, é um investimento reprodutivo, capaz de assegurar não apenas a continuidade integral da pátria na sua base física atual, mas o impulsionamento de suas energias criadoras, a significarem riqueza, bem-estar e progresso. A Amazônia, que pelos dispositivos legais foi ampliada, para efeito de sua dinamização econômica, e representa, de acordo com esse dispositivo constitucional e lei complementar, cerca de 2/3 do território brasileiro, é igualmente área a provocar a reflexão dos homens de governo, dos homens de empresa, de quantos têm qualquer parcela de responsabilidade na decisão do presente e do futuro da pátria, como os que aqui se fazem debatedores e examinadores dos vários ângulos do complexo nacional e são um corpo de elite que assume graves responsabilidades depois dessas meditações objetivas sobre esse mesmo complexo, não lhes escapando, portanto, a importância do tema que estou propondo.

Quero lembrar que, se no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a Amazônia constituiu uma das regiões sobre que incidiu o interesse político e a ação militar de povos que a disputaram pelas armas, em conflitos que a diplomacia nem sempre pôde fazer cessar, séculos em que vivíamos sob soberania européia, como partes integrantes de um império ultramarino cobigado, disputado pelos que desejavam participar da partilha dos novos mundos em descobrimento, no século XIX, quando experimentávamos a liberdade política e as responsabilidades da vida autônoma e o ingresso no concerto das nações soberanas, nem porque essa situação se houvesse assegurado, encerrara-se aquele interesse. Inglêses, franceses e norte-americanos pretenderam estar presentes à nossa atuação no sentido da elaboração de novas condições existenciais a afirmarem-se, porém, sob a

direção de soberanias e etnias estranhas àquelas que haviam desvendado e realizado a ocupação inicial, criando a fronteira política, que deveria ter sido acompanhada pela fronteira econômico-demográfica. Os estadistas imperiais revelaram-se admiráveis no senso de responsabilidade a respeito da situação. Houve toda uma vasta e ininterrupta política de defesa do patrimônio territorial do país com relação à Amazônia, como houve uma política imperial no tocante aos negócios do Prata, à frente de tais estadistas a figura imensa de grandeza do Visconde de Uruguai.

Sob a República, os hiatos foram, no entanto, constantes. Se um Rio Branco agiu decididamente, num comportamento espetacular mas decisivo, impetuoso mas de rendimento imediato, firmando pontos de vista necessários à preservação daquele patrimônio, como advogado e como homem de governo no posto heróico de chefe da secretaria dos negócios exteriores, sustentando os interesses do Brasil, nem sempre a clarividência do estadista foi suficientemente compreendida e seguida depois. Criando o Território do Acre, Rio Branco deu um grande passo no sentido da integração da Amazônia. Poderia ter feito o mesmo no tocante ao Amapá e ao Rio Branco, antecipando-se à orientação saudável do governo Getúlio Vargas. E o resultado é que se foi chegando à situação que os constituintes de 1946 pretendiam resolver com o dispositivo constitucional que determina a aplicação de recursos da União, Estados e Municípios em planejamentos quinquenais, submetidos à consideração do Parlamento, no caso chamado a pronunciar-se, como órgão político por excelência, em assunto de natureza técnica.

A política republicana, no particular da Amazônia, só existiu sob Rio Branco. É que a euforia da borracha, que formava, com o café, o binômio milagroso para as aventuras reformistas dos governantes federais e dava a impressão de que jamais seria interrompida, justificava a ausência de visão e de atuação do poder federal, como acontecia também com os próprios governantes dos Estados amazônicos, deslumbrados com as riquezas proporcionadas com as somas vultosas que os tesouros estaduais recebiam em consequência do "rush" contra a floresta. Se um desses governantes, e dos mais lucidos, amado de seus governados, popularíssimo e realmente um administrador que realizava operações materiais que lhe permitiam afirmar que encontrara

em Manaus uma aldeia e a fizera uma cidade, se êle, em mensagem ao congresso, confessava que as arcas do tesouro se enchiam dia a dia sem que ocorresse, de qualquer modo, a interferência da administração local para que ês se enriquecimento se verificasse...

Quando o sr. Getúlio Vargas pretendeu promover uma reunião em Manaus dos governos sul-americanos, cujos territórios participavam do complexo amazônico, o eco dessa iniciativa foi imenso naquelas Repúblicas, não sucedendo o mesmo entre nós. É que não se criara uma consciência brasileira sobre a Amazônia. Quando os constituintes de 1946 sustentaram a tese dos planos quinquenais visando a valorização da Amazônia, do mesmo modo porque os constituintes que representavam os anseios do Nordeste sustentavam a necessidade de iguais medidas para lá, a aprovação do artigo proposto foi realizada não porque os constituintes tivessem compreendido a importância do que estavam deliberando, mas porque se fizera um trabalho de acomodação entre os vários grupos políticos em choque. Houve mesmo necessidade de um apêlo ao chefe do Estado para que as forças majoritárias se decidissem no sentido da aprovação. E se recordarmos que a aprovação da lei complementar que regularia a aplicação dos recursos constitucionais demorou a ser aprovada seis anos... A consciência sobre a gravidade do problema amazônico, ontem como hoje, não existia.

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA REPRESENTA A GRANDE OPERAÇÃO GEOPOLÍTICA DO FUTURO, IMPORTANDO NA MATURIDADE BRASILEIRA

Falando há dias perante uma assembléia em Nova Orleans, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos assinalava que o desenvolvimento brasileiro era uma realidade insofismável. Adquiríamos a potencialidade que a nossa presença nas conferências internacionais, no jogo dos conflitos militares de âmbito universal e os algarismos da nossa efetiva criação de riqueza evidenciavam, potencialidade que o mundo não podia mais ignorar. Evidentemente, o representante brasileiro não estava expressando um estado d'alma romântico, ufanista, mas alguma coisa de que nos poderíamos orgulhar, sustentada sem reservas mentais de qualquer espécie?

A maturidade de um país não se representa apenas na decisão de seus homens de governo, nos seus feitos militares felizes, na estruturação de uma economia alicerçada na produção em massa que satisfaça os mercados internos, e nas relações exteriores realizadas na medida em que haja produção exportável, desnecessária ao consumo interno. Uma nação adquire a altura de uma maturidade quando realmente pôde enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes deu a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, os seus foros de cultura, visando a satisfação do bem-estar de suas populações. Enquanto, portanto, essa nação tiver pela frente a desafiá-la os problemas graves de sua conjuntura social, econômica, a ocupação de seus espaços ermos, o desvendamento dos mistérios de sua geografia, o domínio e a posse efetiva de seu território, por onde possa caminhar sem hesitações e perigos, sem os sobressaltos e os desconfortos das ligações precárias ou que exigem espírito pioneiro, da aventura dos séculos XVII e XVIII, a elevação dignificadora dos padrões de vida de seus contingentes humanos, assegurando-lhes saúde, alimentação, habitação, salário, instrução, evidentemente esse país ainda não alcançou a maturidade que pensa possuir. E está exposto a perigos sem conta, inclusive aqueles de, a qualquer momento, ter de sujeitar-se ao vexame de ser chamado a permitir que povos mais fortes, desconhecendo a sua legislação e os seus princípios de vida, mas considerando-se capazes, fortes, dispostos, com o viço necessário a emprêsas de monta, se utilizem de suas áreas despovoadas ou onde a imprevidência nacional se fêz sentir deixando que se criasse ali uma condição de vida precária.

No particular do Brasil e da Amazônia, será que não estamos expostos a perigos? O Brasil já alcançou realmente a pretendida maturidade, tendo pela frente os problemas no Nordeste e os da Amazônia; naquele onde uma população que cresce desmedidamente sofre os horrores de condições físicas que não mostramos capacidade para triunfar num mundo onde as técnicas suprem tôdas as deficiências vencendo as dificuldades criadas pela natureza, neste onde ocorre o deserto e onde as populações teimam em manter-se aferradas a modos de existência e a usos da terra e comportamentos econômicos rotineiros, que são uma con

tradição com o progresso que se constata facilmente no sul do país? Já aqui se fez, mais de uma vez, uma mensuração da gravidade da situação que se está criando para a própria integridade do Brasil com o desequilíbrio entre norte e sul, desequilíbrio que cresce, desenvolve-se, provocando a situação exótica da existência de um país aqui desenvolvido e ali profundamente subdesenvolvido.

A maturidade do Brasil não pode ser um objetivo para futuro muito distante. Criamos a base física da pátria na demonstração admirável de que tínhamos condições para realizar. Porque não poderemos criar a outra situação, isto é, aquela da posse não apenas física, mas social, econômica e política definitiva, integrando o todo nacional num harmonioso conjunto, que se complementa em suas várias áreas e subáreas?

A maturidade do Brasil, permitam que conclua sem pessimismos, há de ser uma realidade. Quando, porém, tiver dominado a Amazônia, tirando-a de condição de página de geografia e transformando-a num vigoroso capital de civilização onde, em vez do rio e da floresta comandando, esse comando esteja nas mãos dos homens.

IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA
DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

